



# Revista EaD & tecnologias digitais na educação

## A Tradução e a Interpretação em Língua Brasileira de Sinais na Graduação a Distância em Letras-Libras da UFGD: um relato de experiência

Fabiane Ferreira da Silva Moraes (UFGD)

*fabianemoraes@ufgd.edu.br*

Rejane de Aquino Souza (UFGD)

*rejanesouza@ufgd.edu.br*

**Resumo:** *A intenção da presente produção é contemplar o registro e a exposição da experiência na atuação de Tradutoras/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, no curso de Licenciatura em Letras-Libras, na modalidade de Educação a Distância, da Universidade Federal da Grande Dourados. Sendo tal curso tão específico, no aspecto linguístico, e destinado ao favorecimento da acessibilidade educacional do sujeito surdo, da inclusão social deste sujeito e da Educação Bilíngue no Brasil, e sendo oferecido através da modalidade a distância pela referida universidade, indubitavelmente, seria um enorme desafio para as tradutoras/intérpretes, a execução da função de transposição interlingual de todo o teor do curso, aos acadêmicos surdos. A princípio, o texto oferece breves contextualizações a respeito do surdo, de sua identidade, cultura e língua, e sobre alguns aspectos referentes ao tradutor/intérprete de Libras, como constituição histórica, definição e oficialização da profissão, especialmente o atuante no Ensino Superior. E por último, e mais importante, é demonstrado detalhadamente sobre a experiência acima mencionada, com a apresentação sucinta da estrutura física, pessoal, tecnológica e midiática, das produções pedagógicas, enfim, de tudo que envolve a teoria e a prática para a ocorrência, de fato, do curso em questão, e principalmente, relatando a presença e a atuação das tradutoras/intérpretes em todos estes processos, bem como, toda a operacionalização destas profissionais nas dificuldades e nos desafios, nas constantes reflexões, na busca de soluções e nas expectativas, culminando então, na apresentação da relevância desta atuação para os acadêmicos surdos.*

**Palavras-chave:** *Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Tradução; Interpretação.*

**Abstract:** *The intention of this production is contemplating recording and exposure of experience in the performance of Translators/Interpreters Brazilian Sign Language in the Bachelor's Degree in Literature - Pounds, in the form of the Distance Education, of the Federal University the Grande Dourados. Being such a course as specified in the linguistic aspect and for the encouragement of educational accessibility -ity of the deaf child, the social inclusion of this subject and of Education Bilingual in Brazil, and is offered through the distance mode pe university said it undoubtedly would be a huge challenge for the translators/interpreters, the execution of the function of interlingual translation of the whole content of the course, the deaf students. At first, the text provides brief contextualization about the deaf, their identity, culture and language, and on some aspects related to the translator/interpreter Pounds as historical constitution, definition and formalization of the profession, especially the acting in Higher Education. And last, and most important, is shown in detail on the experience mentioned above, with the succinct presentation of the physical structure, personnel, technology and media, the educational productions, in short, everything that involves theory and practice for the occurrence of indeed, the course in question, and especially, reporting the presence and action of the translators/interpreters in all these processes, as well as all the professionals in the operationalization of these difficulties and challenges, the constant reflections on the search for solutions and expectations, then culminating in the presentation of the relevance of this action for the deaf students.*

**Keywords:** *Brazilian Sign Language (Libras); translation; Interpretation.*

## 1. Para Iniciar

Atualmente, o acesso ao Ensino Superior no Brasil ainda é muito reduzido. De acordo com o Censo Educacional de 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP<sup>1</sup>, foram registrados apenas 6.739.689 acadêmicos, entre ingressantes, frequentes e concluintes, numa população de 130.667.723 adultos brasileiros, segundo consta no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>2</sup>, e isso representa aproximadamente 5,1 por cento desta população.

Este número é ainda muito menor quando se trata de grupos considerados minoritários. Por esta razão, foram implantados programas e políticas direcionados especificamente a tais grupos, que objetivam justamente proporcionar este acesso. São exemplos de algumas destas ações, o sistema de cotas em processos seletivos, determinado pela Lei Nº 12.711/2012, a promoção da acessibilidade geral de pessoas com deficiências através da Lei Nº 10.098/2000, o estabelecimento dos direitos das pessoas com deficiência por meio do Decreto Nº 7.612/2011, os apoios financeiros como é o caso do Programa Universidade para Todos – PROUNI, que foi instituído pela Lei Nº11.096/2005, entre muitas outras iniciativas.

Neste sentido, há um grupo específico de indivíduos que sempre deteve grande dificuldade em relação ao acesso e/ou à permanência na academia, trata-se exatamente dos sujeitos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tal dificuldade consis-

te principalmente nas diferenças culturais e linguísticas em relação aos não-surdos. Neste aspecto, Silva (In QUADROS, 2006, p. 15) contribui:

Apesar de esmagados pela hegemonia ouvinte que tenta anular a sua forma de comunicação (a língua de sinais) procurando assemelhá-los cultural e linguisticamente aos ouvintes, [os surdos] resistem a essa imposição, reivindicando seus direitos linguísticos e de cidadania.

Reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO como pertencentes a uma “minoridade linguística” e cultural e, portanto, detentores de direitos enquanto surdos, e principalmente, por sua constante luta contra a imposição ouvintista<sup>3</sup>, finalmente houve a percepção da dificuldade acima mencionada. (QUADROS e PERLIN, 2007, p. 10).

A partir daí, ocorreram grandes avanços educacionais na busca de sanar esta dificuldade, e um deles, concernente à formação acadêmica do sujeito surdo. Sendo assim, em 2005, por meio do Decreto Nº 5.626, ficou apontada a obrigatoriedade da implantação do curso de graduação em Letras-Libras – LL, infundindo ao Ministério da Educação e do Desporto – MEC, a responsabilidade pela promoção de programas específicos visando garantir a criação deste curso e, tendo o surdo, o seu maior beneficiário.

Com a presença do surdo e de tudo o que está inerente a ele, o curso de LL exige uma série de especificidades, a começar pela língua, a Libras. Dessa maneira, se faz necessária a presença expressa de profissionais também específicos, como é o caso dos tradutores/intérpretes de Libras, além das demais e costumeiras atuações profissionais da academia nos campos pedagógico, administrativo, entre outros.

Antes de dar início ao objetivo central desta produção, qual seja, o relato das experiências de tradução/interpretação em Libras, no curso de licenciatura em LL, na modalidade de Educação a Distância (EaD), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), é necessário aclarar alguns aspectos relevantes, a fim de contribuir com a compreensão dos procedimentos adotados durante tal prática.

## 2. Definições

A razão da necessidade da existência do tradutor/intérprete de Libras e da graduação de LL é, única e exclusivamente, o surdo. Mas quem é o surdo?

Com as contribuições de Karin Ströbel (In QUADROS e PERLIN, 2007), sabe-se que historicamente em todo o mundo, houve forte negação da liberdade de ‘ser surdo’ e tudo o que a isto se implica. Assim, ao longo dos tempos, as definições oferecidas por ouvintes a respeito de quem seja o surdo, foram, na sua grande maioria, excludentes, opressoras e equivocadas.

A princípio, segundo a mesma autora, eles eram tidos como irracionais e indignos. As sociedades os viam como maldição, punição, estorvo ou como causa de vergonha, e, portanto, assim como qualquer outra criança que nascesse com alguma diferença, eram jogados de penhascos ou mortos de algum outro modo, ou eram abandonados a própria sorte, ou ainda, eram mantidos isolados e aprisionados em suas casas ou em manicômios<sup>4</sup>.

Mais tarde, a definição de maior convicção e durabilidade foi a patológica, apontando o surdo como doente, incapaz, anormal e defeituoso. Esta se deu através de con-

cepções médicas e educacionais que consideravam o surdo de tal maneira pelo fato de ser diferente. Sim, há a diferença, mas este reconhecimento foi por muito tempo distorcido, com vistas apenas para o não-ouvir e o não-falar, logo, não progredir nem produzir, onde se acreditava que havia a necessidade de resolver, curar ou de consertar o desvio, com a intenção de que ele deixasse de ser diferente, e isso seria justamente, capacitá-lo para torná-lo o mais próximo possível de um ouvinte, forçá-lo a aprender a falar e a ouvir, e o pior, a se identificar como um ouvinte. Com este intuito, o surdo foi submetido a vários métodos clínicos e de ensino, em internatos, semi-internatos ou em instituições especializadas. (STRÖBEL, In QUADROS e PERLIN, 2007).

Diante destas definições históricas a respeito do surdo, percebe-se que havia uma dominação ouvintista. Mas, graças ao forte e incessante combate do próprio surdo contra esta imposição, graças aos demais movimentos surdos, aos novos estudos e as atuais pesquisas, especialmente tendo surdos como autores, ao reconhecimento das diferenças culturais e linguísticas, às aquisições de políticas voltadas para este público, e de demais iniciativas, atualmente se define o surdo, não mais a partir do olhar do ouvinte, mas sim, do próprio surdo (STRÖBEL, In QUADROS e PERLIN, 2007).

Segundo Ströbel (In QUADROS e PERLIN, 2007, p. 32), “ser surdo é uma experiência visual”, onde se deve respeitar a identidade do povo surdo<sup>5</sup> e a legitimação da diferença linguístico-cultural deste povo, e a língua de sinais é a manifestação dessa diferenciação.

Para Perlin e Miranda (*apud* SILVEIRA e REZENDE, In QUADROS, 2008, p. 60):

Ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual [...]. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.

De acordo com o Decreto Nº 5.626/2005, em seu Art. 2º, surdo é a pessoa que “compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso” da Libras (BRASIL, 2005).

Assim, nota-se que a identidade surda se constrói numa perspectiva que vai admiravelmente muito mais além do fato de não ter a audição, aliás, o que se vê nos depoimentos a respeito da própria identificação e definição enquanto surdos são relatos que nem se quer revelam o fato de não ouvirem. Em seus relatos, eles partem diretamente da consciência da diferença linguística que possibilita uma produção e incorporação cultural também diferenciada e por meio de uma experiência fundamentalmente sinestésico-visual. Tal perspectiva de identificação traz para estes sujeitos o sentido de pertencimento a um grupo, e com isso, permite-lhes um encorajamento e um empoderamento na luta pelo direito de serem reconhecidos como iguais na diferença, isto é, como seres humanos, como cidadãos, como indivíduos que têm potencialidades e capacidades equivalentes a dos ouvintes, porém, com a necessidade de serem aceitos e respeitados por suas diferenças linguístico-culturais (RODRIGUES-MOURA, 2008).

Todos os esforços acima ditos, que determinaram nesta forma legítima de reconhecimento do surdo, também determinaram no reconhecimento das línguas de sinais por todo o mundo. E no Brasil não foi diferente. Hoje, quando se fala em Libras, não se vê mais aquela estranheza e desconhecimento de bem pouco tempo atrás, isso porque a sua difusão é de fato notória.

A Libras é e não é nova, isso porque quando e onde esteja o surdo sua compleição será inevitável, já que ela constitui a língua materna do surdo, mesmo quando ainda nem havia sido alcinhada desta maneira, e mesmo no período oralista<sup>6</sup> em que houve a proibição do uso de línguas de sinais por todo o mundo (SANTOS, 2009).

Entretanto, o seu reconhecimento legal no Brasil é muito recente. A oficialização da Libras ficou estabelecida através da Lei Nº 10.436/2002, que por sua vez foi regulamentada pelo Decreto Nº 5.626/2005, e que afirmou no Art. 1º, parágrafo único, que a Libras é a “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Mesmo antes desta oficialização da Libras, há tempos em que a sua prática e a sua teorização vêm sendo ampla e intensamente difundidas por todo o país. Quanto a isto Favorito (1996, p. 12-13) contribui se referindo às línguas de sinais, e, portanto, contemplando judiciosamente com a Libras:

Através da pesquisa linguística, as línguas de sinais ganharam *status* de língua e como tal vêm sendo descritas e analisadas. Todos os estudos realizados até o momento confirmam que essas línguas têm gramáticas independentes formadas de acordo com as demandas de comunicação em uma modalidade espaço-visual. As línguas de sinais são sistemas linguísticos com os mesmos níveis de organização das línguas orais (sintático, morfológico, semântico, fonológico).

Libras é, portanto, verdadeiramente uma língua, e como tal, contém toda a complexidade e todos os componentes linguísticos que assim a definem. Através dela, a comunidade surda<sup>7</sup> tem repletas condições de estabelecimento de comunicação em toda e em qualquer que seja a situação, seja ela reveladora de sentimentos, de ciências, artes, religião, de assuntos do cotidiano, enfim, absolutamente de tudo o que em qualquer outra língua se pode transmitir. Libras é a primeira língua dos surdos, constituída e difundida de forma natural por seus usuários. O aspecto que marca a principal diferença entre a língua de sinais e a oral, é o fato de ser corpo-viso-espacial, onde sua emissão se dá através do corpo, especialmente por articulações manuais e pelas expressões não-manuais, num espaço pré-estabelecido, e sua recepção acontece pela visão (QUADROS, 2004).

Além da língua de sinais, o que também marca a diferença na identidade surda é a sua manifestação cultural. Mas o que é cultura?

Genericamente, há muitas conceituações a respeito do que seja cultura, mas Fleuri (2001, p. 8) resolve de forma bem objetiva afirmando que cultura “envolve pelo menos três componentes: o que as pessoas pensam, o que fazem e o material que produzem”. Isto é, são as percepções, as reflexões e as reações naturais das pessoas frente os diversos fatos, são as estratégias, os arranjos e os rearranjos que as pessoas espontaneamente estabelecem para viverem num grupo, são as formas que os membros deste grupo, de modo correspondente, encontram para lidar com as variadas situações do cotidiano e que acabam sendo difundidas, assimiladas e enraizadas, consolidando assim, os elementos identitários constituintes deste grupo, como a língua, os hábitos, o misticismo, a moralidade, o modo de ser e de viver, entre outros elementos (HALL, *apud* STRÖBEL, 2008).

Em relação especificamente ao povo surdo, Ströbel (2008, p. 24) afirma:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo.

Assim como a questão da identidade, a cultura surda também foi por muito tempo estereotipada. Muitos autores ouvintes que trataram desta temática demonstraram uma imposição ouvintista ou uma representação destes sujeitos como deficientes. Entretanto, na citação acima, da autora surda Karin Ströbel, fica claro nos aspectos da identidade e da alma, que cultura surda é, e somente pode ser definida, pelo próprio sujeito surdo, onde somente ele pode narrar-se, evidenciando então, a sua diferença cultural.

Ao povo surdo, o que possibilita a difusão, assimilação e a expressão da cultura é a língua de sinais, é por ela que ocorre o compartilhamento de concepções gerais que constituem a cultura surda de modo natural e espontâneo. É através do aporte linguístico que a identidade e a cultura surda se estabelecem, e em contrapartida, a maior marca da diferença cultural e de identidade do surdo é a língua de sinais. Logo, nota-se que, identidade surda, cultura surda e língua de sinais, são elementos inerentes, estão imersos um no outro, um constitui o outro e vice-versa, e os três assinalam a diferenciação do surdo (STRÖBEL, 2008).

O reconhecimento de toda esta diferenciação aponta para a necessidade de uma mediação interlingual e intercultural entre surdos e ouvintes. É justamente nesse aspecto que se observa a inevitável presença do tradutor/intérprete de língua de sinais, e para que este intermediador possa assim ser considerado, ele precisa estar intensamente envolvido com a comunidade surda, e mesmo como um membro de identidade ouvinte, ele deve conhecer e compreender profundamente sobre o aporte cultural e linguístico do povo surdo (MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008).

Sempre que houve o surdo usuário de língua de sinais, existiu a necessidade do tradutor/intérprete por todo o mundo, tanto com dedicação laboral quanto, principalmente, voluntária, e segundo as mesmas autoras acima referidas, este voluntariado era constituído dos próprios familiares ou dos amigos dos surdos, e ocorria em diversos espaços, mas especialmente nos religiosos.

No Brasil, a profissionalização do tradutor/intérprete de língua de sinais é muito recente e ela aconteceu graças a alguns eventos importantes como o aumento da presença do surdo nas diversas esferas da sociedade que, conseqüentemente, reivindicou também a presença deste profissional, e como a luta dos próprios atuantes na busca de reconhecimento e de valorização (MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008).

Além de tudo isso, há os suportes teóricos que são os estudos e as pesquisas recentes sobre esta temática, que garantem a importância da atuação do tradutor/intérprete de Libras em função do povo surdo, pois não haveria a necessidade deste profissional sem que houvesse o surdo e suas peculiaridades linguísticas e culturais (MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008).

Outro fator relevante para a culminância da oficialização desta profissão foi a seqüência de documentos aqui já mencionados. Estes se resumem na Lei da acessibilidade

geral Nº 10.098/2000, na Lei da Libras Nº 10.436/2002, e especialmente no Decreto Nº 5.626/2005 que determina uma série de aspectos como o reconhecimento da pessoa surda e de suas peculiaridades, a regulamentação da Lei da Libras, sua implantação e difusão, a formação e certificação de profissionais da Libras, como professores, instrutores e tradutores/intérpretes, tanto surdos (prioridade) quanto ouvintes, o acesso do surdo em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, sobretudo no ensino bilíngue, o acesso do surdo ao atendimento médico geral e a outras repartições públicas, entre outros aspectos.

A sequência legal, o suporte teórico e os eventos apontados acima, suscitaram na necessidade da elaboração de um novo documento, referente exclusivamente aos tradutores/intérpretes de Libras. Foi quando finalmente instituiu-se no país, a Lei Nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão do tradutor/intérprete de Libras, apesar de que há anos já existia toda uma mobilização e organização da categoria em termos de código de ética, remuneração, formação, estudos e pesquisas, entre outros aspectos que envolvem a estruturação e o estabelecimento de uma profissão. A referida Lei declara em seu Art. 2º que o tradutor/intérprete é aquele profissional competente e proficiente para fazer a intermediação entre a Libras e a Língua Portuguesa – LP.

A atuação do tradutor/intérprete é fundamental em todo e em qualquer lugar em que esteja o surdo, a fim de, garantir a acessibilidade para este sujeito, e de possibilitar a transição intercultural e interlingual entre os envolvidos na interação. Neste contexto, afirma Perlin (*apud* MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008, p. 150):

Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade desse papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade.

Após toda esta consideração legal e teórica a respeito da extrema importância da atuação do tradutor/intérprete em todas as esferas da sociedade, em vista da garantia da acessibilidade geral do surdo, e de sua interação com os ouvintes, percebe-se que esta atuação se faz necessária também, quiçá principalmente, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do país. Dessa maneira, interessa aqui, para esta produção em particular, um recorte sucinto sobre o tradutor/intérprete de Libras atuante nas academias.

Diante de estudiosos sobre o recorte em questão, como em Quadros e Perlin (2007), percebe-se que, infelizmente, faz pouco tempo que o surdo usuário de Libras veio alcançar os bancos universitários, até porque nota-se que todo o aparato legal e teórico neste mote também é muito recente. Os surdos que adentravam a universidade no passado, ou utilizavam, com muita dificuldade e esforço, de outros recursos de comunicação que não a língua de sinais, ou levavam o próprio tradutor/intérprete, geralmente alguém da família ou um amigo, com ou sem acordo de honorários. No entanto, o número de surdos na academia vem aumentando, e isso somente aconteceu depois de tudo o que se viu nas linhas acima, apesar de ainda ser uma estatística extremamente reduzida por várias razões, seja pela falta de tradutores/intérpretes, pela falta do cum-

primento da legislação, além de outras razões mais específicas que não entram no mérito do assunto em questão.

A princípio, a atuação profissional do tradutor/intérprete universitário se deu por conta deste interesse dos surdos pelo Ensino Superior, surdos estes conhecedores de seus direitos de inclusão e de acessibilidade. Isto é, o surdo que deseja e, portanto, ingressa numa faculdade, tem o direito garantido da presença de um tradutor/intérprete de Libras, e este, tem a sua profissão assegurada e tudo o que a isto se concerne, como já dito anteriormente (QUADROS e MASUTTI, In QUADROS e PERLIN, 2007).

Mediante os novos fatos legais e relacionando-os às leituras das estudiosas logo acima citadas, vê-se que o profissional da Libras se articulou na academia tanto como tradutor/intérprete quanto como docente, através da obrigatoriedade do ensino desta língua como componente curricular em diversas graduações, especialmente nas licenciaturas.

Finalmente a partir de 2006, a Libras se tornou uma das áreas de foco da academia. Em obediência à legislação referente a este contexto, o MEC e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, implantaram o primeiro curso de LL no país, na modalidade EaD, tanto para ouvintes quanto para surdos, porém, priorizando o segundo grupo, e para isso, além das atuações laborais próprias da academia, necessitou-se também de profissionais específicos como tradutores/intérpretes de Libras. A partir daí, este curso vem sendo paulatinamente difundido por todo o país, com vistas a se expandir por todas as federações, ou seja, a proposta é que esta graduação seja oferecida em todos os estados brasileiros, promovendo um ensino bilíngue e garantindo ao surdo a acessibilidade nesta etapa de ensino (QUADROS e MASUTTI, In QUADROS e PERLIN, 2007).

É exatamente aí que entra a próxima etapa desta produção, concernente à primeira experiência de oferta da licenciatura em LL pela UFGD, na modalidade EaD, como uma graduação propriamente institucional, com a atuação de duas profissionais tradutoras/intérpretes de Libras e de demais profissionais presentes na academia e na modalidade de ensino em questão.

### **3. Relato da Experiência Prática**

A tradução/interpretação em língua de sinais se adéqua tanto ao contexto quanto ao público-alvo, assim o tradutor/intérprete se molda e sinaliza de acordo com as características destes dois elementos. O vocabulário e as construções gramaticais utilizadas para traduzir/interpretar a um aluno surdo de Ensino Fundamental não podem ser os mesmos utilizados para traduzir/interpretar a um discente surdo de Ensino Superior. Sendo assim, antes da explanação sobre tal processo é importante indicar onde e para quem ele acontece.

O curso de LL da UFGD é ofertado na modalidade à distância pela plataforma Moodle, mas conta com momentos presenciais obrigatórios, atendendo a um total de oitenta acadêmicos, sendo quarenta no polo de apoio presencial da cidade de Dourados e quarenta no de Rio Brilhante. Entre estes acadêmicos há quatorze surdos, sete em cada polo, e dois deficientes auditivos, sendo um em cada pólo de apoio presencial.

Atualmente, o quadro de profissionais do curso é composto por uma coordenadora pedagógica, quatro docentes, duas tradutoras/intérpretes de Libras, um administrador, um diagramador, uma editora de vídeo, uma revisora de LP, dois analistas de sistemas e um desenvolvedor Moodle.



Vale lembrar que a dinâmica de trabalho própria do curso de LL, que será descrita a seguir, é algo novo para toda a equipe mencionada acima, haja vista que este é o primeiro curso totalmente institucional da EaD/UFGD e que traz a exigência de tantas especificidades como os recursos visuais e a tradução/interpretação em língua de sinais. Isto tem demandado toda uma readequação dos profissionais envolvidos no processo de construção pedagógica e de estruturação das salas virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

É inserido neste contexto que se pretende registrar as vivências na área da tradução/interpretação em Libras, no curso de LL da EaD/UFGD.

Por se tratar de um curso que atende aos surdos e aos ouvintes, todo o seu conteúdo precisa ser bilíngue – Libras e LP. Assim, é realizada a tradução/interpretação em Libras dos textos obrigatórios e complementares, das atividades avaliativas *online* e presenciais, inserção de janelas em Libras para os vídeos em LP (legenda em Libras), inserção de legenda em LP para os vídeos em Libras, tradução/interpretação de editais, de informações do AVA e do portal da EaD/UFGD, bem como das aulas presenciais e das videoconferências.

Em cada disciplina, o preparo dos recursos pedagógicos como conteúdos em LP e mídias imagéticas dinâmicas, fica a cargo da equipe docente. Após esta organização, os recursos em LP seguem para a revisão, já os recursos midiáticos são repassados diretamente para a tradução/interpretação. Na conclusão do processo de revisão, o material em LP também é repassado para a tradução/interpretação em Libras.

Ao receber os diferentes materiais, as tradutoras/intérpretes iniciam um longo processo de produção que não se restringe apenas na tradução/interpretação interlingual, mas contempla também a transposição bimodal e a intersemiótica, ou seja, a transposição de uma modalidade linguística para outra, e de um signo para outro, respectivamente.

Neste sentido, a produção se inicia com a apropriação do conteúdo a ser trabalhado, o que envolve estudo, discussão, pesquisa e escolhas léxico-terminológicas para a preparação da interlíngua. Após esta etapa, inicia-se a fase de gravações dos vídeos (com exceção da inserção de legenda em LP, que ao invés da gravação, faz-se a digitação e a inserção desta de acordo com as falas em Libras, por meio de programas computacionais específicos). Logo em seguida, ocorre a decupagem (marcação dos tempos para a edição) destas gravações pelas mesmas profissionais, o que demanda o preenchimento e o encaminhamento do formulário de edição. Depois do trabalho de edição, os vídeos retornam para as tradutoras/intérpretes para a validação dos mesmos. Somente no final desta validação é que são repassados para o diagramador para que este profissional possa organizar a inserção destes no AVA. Mesmo depois da diagramação, as tradutoras/intérpretes fazem nova validação.

Para as atividades síncronas que envolvem as videoconferências e as aulas presenciais, as tradutoras/intérpretes de Libras recebem o material pedagógico com antecedência para que se preparem por meio de estudos e de possíveis pesquisas léxico-terminológicas.

Estudos, pesquisas e reflexões são fundamentais para qualquer profissão, e não é diferente na área da Libras. Entretanto, o fato de o curso de LL ser ofertado na modalidade à distância, se estabelece na maior parte do transcorrer do curso, um distanciamento físico entre tradutoras/intérpretes de Libras e acadêmicos surdos, e esta falta de interação determina em ainda mais estudos e intensas pesquisas para as escolhas lexi-

cais por parte das profissionais, em função de suas ações no Ava, sejam elas síncronas ou assíncronas, especialmente na produção dos vídeos em Libras para os acadêmicos surdos. Quanto a isso Quadros (2004, p. 80) afirma que:

A perspectiva da interpretação é de uma atividade interativa dinâmica. As questões neste sentido são: Como todos os participantes estão elaborando o sentido sobre o que estão falando? O que eles estão fazendo ao falar? Esta interação é uma atividade em que os participantes determinam a cada minuto o significado de alguma coisa que é dita. Esta atividade envolve um ato interpretativo baseado na experiência dos participantes em situações similares bem como o conhecimento gramatical e lexical.

Os estudos e as pesquisas para a preparação da interlândia acontecem em conjunto pelas tradutoras/intérpretes, onde as mesmas utilizam de diversos referenciais teóricos e de recursos de apoio como dicionários de Libras-LP, manuais e glossários bilíngues de instituições de ensino, aplicativos específicos, materiais disponíveis na internet, contato com profissionais surdos e ouvintes de várias instituições de ensino, entre outros meios de pesquisa. Em destaque cita-se o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngua – Língua de Sinais Brasileira de Fernando Capovilla, Walkíria Raphael e Aline Cristina Maurício.

Existe a possibilidade da interação entre as profissionais e os acadêmicos surdos durante a atuação das mesmas nos encontros presenciais, e com isso, há a chance da troca de vocabulários, das conceituações de determinados sinais, das suas possíveis variações (sinônimos), enfim, de tudo o que possa facilitar a compreensão dos assuntos abordados nas disciplinas.

Associada ao fator da ausência de interação entre as profissionais e os acadêmicos surdos, está a questão da variação linguística da Libras. Ströbel e Fernandes (1998) apontam que esta língua possui vários dialetos e que a variação linguística pode ser classificada em: variação regional (mudança de sinal de região para outra); variação social (variação de configuração de mão ou movimento, sem que o sentido do sinal seja modificado); e mudanças históricas (alterações no sinal oriundas das características geração que o utiliza). Esta variedade, ao mesmo tempo que encanta, instiga, pois os sinais utilizados por um acadêmico surdo podem ser diferentes dos sinais que outros acadêmicos surdos estão habituados. Assim, as escolhas destes sinais que são utilizados pelas tradutoras/intérpretes no Ava devem ser realizadas com todo o cuidado de que a mensagem seja passível de compreensão a todos os surdos envolvidos.

Um desafio encontrado por tradutores/intérpretes da área educacional é a falta de sinais específicos para muitos conceitos, e a realidade do curso de LL não é diferente. No Ensino Superior, a “construção teórica passa a ser cada vez mais elaborada e ali se desenvolvem campos de experiências intocados anteriormente pelas línguas de sinais”. Contudo, com o ingresso do surdo na academia, esta realidade começa a se alterar (MA-SUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008, p. 165).

Tanto o fator do distanciamento entre os pares quanto a questão da variação e ainda da ausência de sinais, remetem a necessidade de uma ação fundamental. Trata-se da elaboração dos manuais (glossários em Libras), isto é, da produção de vídeos em Libras com explicações de conceitos e com contextualizações de termos em LP, e principalmente, com apresentações de novos sinais para estes termos, construídos por

equipes constituídas de surdos e de ouvintes ligados ao ensino da Libras. As autoras Oliveira e Stumpf (2013, p. 218) esclarecem que o manúário “é um recurso didático relevante para formação dos estudantes do curso visto que orienta sobre o significado de termos técnicos da educação de surdos e ensino de línguas apresentados em Libras, de modo que sejam inteligíveis ao público alvo”.

Compreende-se que esta é uma ferramenta importante que possibilita amenizar alguns dos obstáculos expostos acima. Sendo assim, percebe-se a necessidade do seu desenvolvimento na EaD/UFGD. Diante disso, iniciou-se uma organização (estudos, reflexões e pesquisas) no sentido de se estruturar a futura materialização deste recurso. Desta forma, o surdo pode ter acesso antecipadamente aos sinais e aos conceitos chaves abordados em cada disciplina e pode ter também a oportunidade de ampliar o seu vocabulário.

Além disso, para também contribuir com a diminuição de ruídos nas mensagens na elaboração dos vídeos utilizados no curso de LL, busca-se padronizar os sinais para os termos específicos das disciplinas, a fim de dirimir possíveis dúvidas na compreensão das mesmas, haja vista que existem inúmeras possibilidades no ato interpretativo ou no ato de traduzir.

Outro recurso empregado para alguns casos, é o uso consecutivo de dois sinais diferentes que possuem o mesmo significado, ou seja, com variação. Cita-se como exemplo, o termo ‘Ensino Superior’, onde existem ao menos dois sinais para representar esta expressão, e na ocasião da tradução/interpretação do edital do concurso de docentes para o curso de LL da EaD/UFGD, foi feita a opção por sinalizar consecutivamente as duas formas, facilitando assim a compreensão dos surdos que estão habituados com uma ou outra forma do sinal.

Após toda discussão, estudo e pesquisa léxico-terminológica, inicia-se a preparação da interlíngua que consiste na escrita da estrutura sintática da Libras através da LP. Como exemplo deste método, cita-se a seguinte frase em LP retirada de Santiago (In ALBRES e SANTIAGO, 2012, p. 45): “as melhorias consistem em não se repetiremna tradução os erros de fato ou outros tipos de erro cometidos no texto da língua de origem”. A seguir pode se observar esta mesma frase na interlíngua: “palavra M-E-L-H-O-R-I-A-S, sinal <melhorias>, significa o quê? Por exemplo, tem texto língua começo algumas falhas erros, tradução não+tem falhas erros nada, esta é melhorada”. Este método encontrado pelas profissionais auxilia no momento das gravações, servindo como um lembrete para o roteiro da sinalização.

Passada a etapa específica das explicações referentes aos sinais utilizados, a próxima etapa refere-se a gravação dos vídeos. Nesta fase também ocorre um consenso entre as tradutoras/intérpretes e o diagramador, sobre a melhor forma para disponibilizar o conteúdo no Ava, de maneira que este ofereça o conforto visual necessário ao aluno surdo e ao ouvinte. Esta definição é importante pois dela também depende a elaboração da tradução/interpretação dos vídeos, já que a gravação é feita em coerência com a posição do texto no AVA.

No estúdio de gravações, ou é utilizado o *Teleprompter*, ou conta-se com o apoio da leitura da interlíngua, além do suporte técnico da equipe de vídeo e dos recursos tecnológicos necessários para produção de vídeo. Dada a necessidade do uso do *Teleprompter* ou da leitura, o passo da filmagem envolve as duas tradutoras/intérpretes, uma na sinalização e a outra justamente no manuseio do *Teleprompter* ou na leitura, bem como no *feedback* da tradução/interpretação. Quadros e Souza (In QUADROS, 2008, p. 174)

explicam que neste processo “o texto está sendo visto na Língua Brasileira de Sinais no corpo do tradutor/ator... Os seus leitores o veem como parte do texto, assim, tradutor e texto em Língua de Sinais formam uma simbiose estranha aos tradutores de línguas escritas”.

Outro ponto que diferencia os tradutores/intérpretes das línguas de sinais dos de línguas orais é que enquanto estes últimos tem a oportunidade de revisar e reestruturar diversas vezes o seu trabalho, acrescentando ou retirando algum elemento, os de línguas de sinais raramente tem esta possibilidade, já que para acrescentar ou retirar algum elemento, geralmente demanda a regravação do todo. Embora o texto seja minuciosamente estudado e estruturado antes de ser filmado, e que esta filmagem seja feita com esmero, concluída a gravação, pouquíssimos são os ajustes e recortes que podem ser feitos, pois não é possível alterar a expressão corpo-facial, a configuração de mão ou a iluminação sem ter de refazer todo o trabalho, e dado ao grande volume de vídeos utilizados no curso, torna-se inviável refazê-los.

Ainda sobre o processo de filmagem dos conteúdos de LP para a Libras, e considerando também a tradução/interpretação nos momentos síncronos (aulas presenciais e videoconferências), é importante observar o que apontam Masutti e Santos (In QUADROS, 2008). Tais autoras explicam que enquanto os tradutores/intérpretes de línguas orais podem realizar suas demandas do interior de uma cabine, os de línguas de sinais estão expostos a uma plateia que não se constitui apenas de surdos.

Tanto na sinalização como na oralização o tradutor/intérprete de língua de sinais é uma figura evidente, todos podem vê-lo e reconhecê-lo facilmente. Mais do que isso, ele está sujeito ao julgamento e ao escárnio tanto dos surdos como dos ouvintes. De acordo com as autoras, desse sentimento de avaliação constante decorrem reações psíquicas, cognitivas e afetivas que acabam por influenciar na transmissão da mensagem. A pressão que o tradutor/intérprete sofre para que cumpra com as expectativas impostas a ele, acaba por trazer sofrimentos emocionais, nas palavras das autoras: “É nessa corda bamba de relações tecidas diariamente que o intérprete sofre seus impactos emocionais e se habilita a se desconstruir para se hibridizar” (MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008, p. 164).

O sentimento de impotência frente à tradução deveria ser um ônus a ser assumido coletivamente; imputar a responsabilidade apenas ao intérprete não parece razoável. Quando a interpretação falha, a cadeia de significantes se rompe, os sentidos não circulam e isso afeta a todos. Então porque isso não se torna uma responsabilidade de parcerias? (MASUTTI e SANTOS, In QUADROS, 2008, p. 166).

Concluída a gravação, a próxima etapa consiste na edição dos vídeos por meio de programas específicos para tal ação. Entretanto, primeiramente é feita a decupagem que significa assistir aos vídeos e fazer a marcação dos tempos para possibilitar a edição, e esta atividade é realizada pelas mesmas profissionais em foco. A decupagem é organizada num formulário previamente estruturado e padronizado pelas próprias tradutoras/intérpretes, onde nele constam todas as informações possíveis e necessárias para o trabalho de edição, são dados como turma, disciplina, unidade, descrição do vídeo, sequência, marcação dos tempos, entre vários outros dados, além de observações específicas para cada trabalho como inserção e figura, de legenda, de pano de fundo, de efeito

de transição, etc. Finalizado o preenchimento do formulário, este é encaminhado via compartilhamento de arquivo em nuvem para a editora de vídeos.

Ao término do processo de edição, as tradutoras/intérpretes realizam o trabalho de validação, que consiste na legitimação dos vídeos editados. Caso precise, há reedição de partes do vídeo e revalidação. A edição por sua vez, encaminha os vídeos editados ao diagramador também via compartilhamento de arquivo em nuvem, e este realiza a sua inserção no Ava. Mais uma vez, as tradutoras/intérpretes são requisitadas, só que desta vez para validação da diagramação.

No desenvolvimento das atividades diárias das tradutoras/intérpretes, embora não haja contato direto com o surdo, sua presença se faz notória no cotidiano destas profissionais, pois o objetivo maior destas é que os conteúdos do curso sejam acessíveis a ele. A língua, a cultura e as características peculiares do povo surdo precisam ser respeitadas durante todo o processo de tradução/interpretação em Libras.

Quando se pensa em quem é o tradutor/intérprete de Libras e nos significados implícitos a esta profissão, muitos são os apontamentos que surgem, sejam estes de caráter positivo ou até mesmo de caráter negativo. Muito para além dos títulos e dos certificados, é na prática, no dia a dia, no contato, na dedicação, nas mãos, no corpo, nas expressões faciais, que esta profissão se constitui, e especialmente, em função do surdo.

Marques e Oliveira (In QUADROS e STUMPF, 2009, p. 397) apresentam o ser tradutor/intérprete de língua de sinais a partir da proposição fenomenológica, declarando que estes indivíduos são “momentos na vida das pessoas surdas, assim como a visão não pode subsistir sem o globo ocular nem a cor sem uma base, os Intérpretes das Línguas de Sinais são essencialmente uma parte do todo: ser surdo”.

Esta concepção traz sobre aqueles que almejam ou já se engajaram nesta profissão, um chamado ao respeito e ao esmero, pois ao invés da ideia de simples assistencialismo, ela mostra que a constituição do intérprete está intrinsecamente ligada ao ser surdo, assim desrespeitar a este último seria desrespeitar a si mesmo.

#### 4. Para Finalizar

Assim como em muitas profissões, na atuação do tradutor/intérprete de Libras educacional, também se vê situações peculiares e complexas para serem administradas. Tais situações estão sendo refletidas e teorizadas há bem pouco tempo, especialmente a partir da própria prática profissional. Diante das exposições deste relato referente a esta prática nos processos educacionais à distância, e que exige recursos mais peculiares e mais complexos, nota-se um encurtamento ainda maior neste tempo de reflexão e de teorização.

Entretanto, estas bases teóricas, apesar de poucas, elas existem, e auxiliam enormemente na *práxis* do tradutor/intérprete de Libras. Mas, o mais importante, é a organização de sua prática através da própria superação de obstáculos que emergem no dia a dia, seja qual for o nível ou modalidade de ensino.

Os desafios são gigantescos, contudo, a percepção da necessidade desta prática é muito maior. É na prática que ocorre a emoção, a reflexão, a ação, a produção, a possibilidade, enfim, esta ação traz parte da contribuição para que o sujeito surdo possa se desenvolver e se integrar na sociedade.

## Referências

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior: 2011 – Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico: 2010 – Atlas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=264529>. Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

FAVORITO, W. **O Estabelecimento da Referência na Produção de Narrativas Oraís em Português por Quatro Surdos Profundos Congênitos**. Rio de Janeiro-RJ: PUC, 1996. Dissertação – Programade Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

FLEURI, R. **Cultura: uma categoria plural**. In FLEURI, R. (Org). Intercultura: estudos emergentes. Ijuí-RS: Unijuí, 2001.

MARQUES, R; OLIVEIRA, J. **O Fenômeno de Ser Intérprete**. In QUADROS, R; STUMPF, M. (Orgs.). Estudos Surdos IV: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2009.

MASUTTI, M.; SANTOS, S. **Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção**. In QUADROS, R. (Org.). Estudos Surdos III: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

OLIVEIRA, J.; STUMPF, M. **Desenvolvimento de Glossário de Sinais Acadêmicos em Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso Letras-Libras**. Informática na Educação: teoria e prática. Porto Alegre-RS, v. 16, n. 2, p. 217-228, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/index>. Acessado em: 08 de janeiro de 2014.

QUADROS, R. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II: série pesquisas**. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2007.

\_\_\_\_\_; MASUTTI, M. **CODA's Brasileiros: Libras e Português em zonas de contato**. In QUADROS, R.; PERLIN, G. (Orgs.). Estudos Surdos II: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2007.

\_\_\_\_\_; SOUZA, S. **Aspectos da Tradução/Encenação na Língua de Sinais Brasileira para um Ambiente Virtual de Ensino: práticas tradutórias do curso de Letras-Libras**. In QUADROS, R. (Org.). Estudos Surdos III: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

RODRIGUES-MOURA, D. **O Uso da Libras no Ensino de Leitura de Português como Segunda Língua para Surdos: um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue**. São Paulo-SP: PUC, 2008. Dissertação – Programa de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

SANTIAGO, V. **Português e Libras em Diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido**. In ALBRES, N.; SANTIAGO, V. (Orgs.). Libras em Estudo: tradução/interpretação. São Paulo-SP: FENEIS, 2012.

SANTOS, E. **Comunidade Surda: a questão das suas identidades**. In DIAS, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (Orgs.). Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas. Salvador-BA: EDUFBA, 2009.

SILVA, V. **Educação de Surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In: QUADROS, R. (Org.). Estudos Surdos I: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2006.

SILVEIRA, C.; REZENDE, P. **Os Discursos sobre a Educação de Surdos na Revista Nova Escola**. In QUADROS, R. (Org.). Estudos Surdos III: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre-RS: Mediação, 1998.

STRÖBEL, K. **Histórias dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas**. In QUADROS, R.; PERLIN, G. (Orgs.). Estudos Surdos II: série pesquisas. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2007.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, S. **Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba-PR: SEED/SUED/DEE, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis-SC: UFSC, 2008.

## Notas

---

<sup>1</sup>Fonte: INEP – Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2011. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

<sup>2</sup>Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/d\\_detalhes.php?id=264529](http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=264529). Acessado em: 17 de janeiro de 2014.

<sup>3</sup>Ouvintista: “(...) conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser ‘deficiente’, do não ser ouvinte (...)” (SKLIAR, 1998, p. 15).

<sup>4</sup>Manicômios: termo referente aos antigos hospitais psiquiátricos.

<sup>5</sup>Povo Surdo: “(...) sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau da evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços. (...) concluímos que a cultura surda e a língua de sinais seriam as referências do povo surdo.” (STRÖBEL, 2008, p. 31).

<sup>6</sup>Oralismo: “Tudo começou na Itália, no Congresso de Milão, no ano de 1880. Nesse evento os ouvintes, aliados à visão terapêutica da medicina, decidiram proibir os surdos a sinalizarem. Conforme a decisão da maioria ouvinte, os surdos deveriam aprender o oralismo. Partindo dessa ideia, várias medidas foram tomadas: os professores surdos foram retirados das escolas, os surdos foram proibidos de se comunicarem na sua língua materna (língua de sinais) e iniciou-se um trabalho pela oralização das pessoas surdas.” (SANTOS, 2009, p. 23).

<sup>7</sup>Comunidade Surda: “(...) grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apóiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas para os alcançar. (...) não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – (...) geralmente em associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros.” (PADDEN e HUMPHRIES, *apud* STRÖBEL, 2008, p. 30-31).